



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



ID: 24684419

17-04-2009

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA QUER SABER QUEM VIOLOU SEGREDO DE JUSTIÇA

Caça ao bufo no caso BPN

Um director do BPN disse na cara dos deputados que o patrão sabia que a PJ ia atacar e desviou papéis para Cabo Verde

Texto • João Bénard Garcia

joao.a.garcia@24horas.com.pt

Ricardo Pinheiro, ex-director operacional do Banco Português de Negócios, abriu a "caixa de Pandora" ao dizer esta quarta-feira, na comissão parlamentar de inquérito ao BPN, que a administração do banco sabia, dias antes, que a instituição seria alvo de uma rusga policial no âmbito da "Operação Furacão".

"Quem avisou [que ia haver buscas a 20 de Outubro de 2005], não sei. Mas não foi objectivamente uma coincidência", disse.

Perante estas declarações, o *24horas* confrontou o gabinete do procurador-geral da República, Pinto Monteiro. A resposta veio através do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP).

"Vai ser instaurado um processo de averiguação para apurar se houve violação de segredo de justiça", garantiu fonte do organismo liderado por Cândida Almeida. Que, no entanto, sublinhou que não existem "indícios nos autos de ter havi-



As denúncias feitas por Ricardo Pinheiro no Parlamento vão ser investigadas

ANTONIO COSTA/LUSA

do conhecimento prévio da operação".

As declarações de Ricardo Pinheiro obrigarão, uma vez

mais, os órgãos máximos da magistratura a fiscalizarem os fiscalizadores, tal como está a ocorrer com a investi-

gação às alegadas pressões aos dois procuradores do processo Freeport.

O que não poderá ser apagado são as declarações do antigo director de operações do BPN, que quarta-feira confirmou que a administração do banco ordenou, dias antes da "Operação Furacão", que fossem retirados todos os processos das *off-shores* BPN Caiman e BPN IFI e enviados num contentor para Cabo Verde.

Furacão' passou ao lado com papelada a viajar

"Confirmo que, quando as buscas ordenadas pela Procuradoria-Geral da República, ou seja a 'Operação Furacão', entrou no BPN todos os documentos referentes a

processos de abertura de contas e outras da BPN Caiman e BPN IFI já estavam a caminho de Cabo Verde", disse Ricardo Pinheiro na comissão de inquérito.

Pinheiro, que deixou o BPN há dois anos, respondia assim a perguntas do deputado Nuno Melo, do CDS-PP, partido que pediu esta audição e que tentava mostrar desde quando e quem tinha conhecimento da existência do Banco Insular, usado para operações bancárias suspeitas e esconder negócios do Banco Português de Negócios.

O director do BPN garantiu que a decisão de desviar os documentos foram de Oliveira e Costa com conhecimento da administração. ■

Andaram a trabalhar para o boneco

As buscas feitas no BPN no âmbito da "Operação Furacão" começaram a 20 de Outubro de 2005. Dezenas de pessoas estiveram envolvidas na acção de recolha de documentação sobre as *off-shores* ligadas à instituição. O que alguns investigadores desconheciam é que um infiltrado na equipa lhes tinha tramado o trabalho e boa parte dos papéis já estavam no alto mar a cami-

nho do Banco Insular de Cabo Verde, uma entidade criada no país, "por ordem da administração de Oliveira e Costa", acrescentou Ricardo Pinheiro, frente-a-frente com os deputados.

O director foi um bocadinho mais longe e adiantou que o Banco de Portugal questionava regularmente o BPN sobre a insuficiente informação sobre operações de crédito.



ÚLTIMA HORA Comissão parlamentar de inquérito

Siresp domina audição do BPN

DANIEL SANCHES confirmou que foi convidado para a SLN por Dias Loureiro.

Daniel Sanches, antigo ministro da Administração Interna, foi ontem ouvido na comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN, onde afastou qualquer "eventual" indício de tráfico de influências no famoso "caso Siresp". A audição foi dominada pelo tema do tráfico de influências na adjudicação do concurso para a criação desse sistema de redes de segurança a um consórcio liderado pela Sociedade Lusa de Negócios, grupo que controlava o BPN antes da nacionalização, e onde Daniel Sanches tinha anteriormente exercido funções de administração. No Parlamento, Daniel Sanches rejeitou qualquer cenário de influência na adjudicação à SLN, frisando que até à sua chegada ao Governo desconhecia a candidatura de um consórcio

liderado pela SLN ao projecto. Durante a audição, ainda a decorrer no fecho desta edição, confirmou que foi convidado para o grupo SLN por Dias Loureiro para exercer cargos na área da auditoria e 'compliance'. "No entanto, tal não foi possível porque foi-me dito

que não tinha currículo nessa área, pelo que o Banco de Portugal não autorizaria o desempenho de tais funções." Daniel Sanches foi assim convidado a integrar a administração de empresas do grupo. Na audição, marcada pela ausência de deputados e inclusive do grupo parlamentar do CDS/PP, foi ainda abordada a "demora" no recurso de levantamento do sigilo bancário, invocado pelo Banco de Portugal, o próprio BPN e auditoras. O deputado Honório Novo, do PCP, "impôs" como prazo máximo terça-feira para que a comissão avance com o recurso. Para hoje, está marcada uma reunião de coordenadores, agendada por Maria de Belém Roseira, cujo objectivo é analisar e aprovar a minuta do pedido de levantamento de sigilo. ■ **S.A.S.**

■ SIGILO BANCÁRIO

Os deputados querem decidir rapidamente sobre o eventual pedido de levantamento do sigilo bancário, invocado pelo BPN e pelo BdP.



BPN pôs em Cabo Verde documentos dos paraísos fiscais

António Arnaldo Mesquita

Administração do banco ordenou transferência após saber que a instituição era uma visada pela operação *Furacão*. Vinha tudo no mandado de busca ao BES

● A administração do Banco Português de Negócios (BPN) não ficou indiferente à notícia de que a instituição era uma das visadas pela operação *Furacão*, desencadeada pelo Departamento Central de Investigação e de Acção Penal (DCIAP). Como esta acção não foi simultânea em todos os bancos (BES, BCP, Finantia e BPN), começando pelo grupo Espírito Santo, os gestores do BPN mandaram retirar das instalações documentos relativos ao BPN Cayman e ao BPN IFi e enviaram-nos para Cabo Verde.

A revelação foi feita anteontem por Ricardo Pinheiro, ex-director de operações do BPN, quando depunha na comissão parlamentar de inquérito. Segundo a Lusa, Ricardo Pinheiro foi peremptório: "Confirmo que, quando as buscas ordenadas pela Procuradoria-Geral da República, ou seja a operação *Furacão*, chegaram ao BPN, todos os documentos referentes a processos de abertura de contas e outras da BPN Cayman e BPN IFi (paraísos fiscais) já estavam a caminho de Cabo Verde."

Esta situação não se ficou a dever a nenhuma fuga de informação, mas ao facto de, no mandado de busca apresentado aos responsáveis do Banco Espírito Santo, estarem enumeradas as instituições bancárias suspeitas de envolvimento. A meio da tarde desse dia, eram conhecidos os nomes dos bancos visados pela investigação e a divulgação desse facto valeu a alguns jornalistas um inquérito por alegada violação do segredo de justiça, que seria posteriormente arquivado.

A informação acabaria por funcionar como um alerta para os restantes quatro bancos visados pelas buscas, assim como para outras entidades como sociedades de advogados especializadas no chamado "planeamento fiscal".

Na altura, acabaria por ser reconhecido que esta revelação extemporânea dos alvos de uma das mais sensíveis investigações financeiras poderia ter sido obviada, caso as buscas aos quatro bancos se realizassem simultaneamente. Ricardo Pinheiro acabou, anteontem, por realçar este aspecto, ao recordar as instruções de emergência dadas pelos responsáveis do BPN para enviarem para Cabo Verde a documentação relativa a contas em paraísos fiscais.

Se o BPN terá ou não conseguido minimizar danos é algo que só os seus responsáveis e Rosário Teixeira, titular do inquérito pendente no DCIAP, poderão confirmar ou desmentir.

1,8

O buraco financeiro do BPN, nacionalizado em Dezembro, pode chegar aos 1,8 mil milhões de euros

Mas aquela exportação de documentos sensíveis poderá não ter limpo todas as alegadas ilicitudes, uma vez que foi o conhecimento que Rosário Teixeira tinha dos bastidores do BPN que determinou que fosse para o DCIAP e para aquele procurador da República a participação de irregularidades feita pelo Banco de Portugal, há cerca de cinco meses. E uma das acções empreendidas por Rosário Teixeira foi mesmo requerer uma busca a um esconderijo de documentos que o BPN tinha na zona da Parque Expo e a pedir a localização e confisco de outros documentos que Oliveira Costa guardou na sua quinta, em Vendas Novas, no dia em que o banqueiro foi detido.

HÉLDER OLINO



Anúncio das buscas deu margem de manobra

**BPN**

Já recebemos os relatórios e estão a ser analisados. Tomaremos uma decisão o mais rapidamente possível.

TEIXEIRA DOS SANTOS

Ministro das Finanças

Há sempre uma esperançazinha [de receber indemnização devido à nacionalização].

JOAQUIM COIMBRA

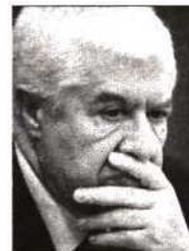
Accionista da SLN

Avaliações ao BPN afastarão indemnização à SLN

As avaliações ao Banco Português de Negócios (BPN) realizadas pelo Deutsche Bank e pela Deloitte já estão nas mãos do ministro das Finanças e, segundo apurou o **Negócios**, darão argumentos ao Governo para não pagar qualquer indemnização à Sociedade Lusa de Negócios (SLN) e respectivos accionistas, que controlavam a instituição antes de o Executivo de José Sócrates ter decidido a sua nacionalização.

Recorde-se que, segundo números da actual gestão do BPN, liderada pelo vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos, o buraco do banco supera os 1,8 mil milhões de euros, devido a incumprimento de crédito e sobreavaliação de activos, por exemplo. Ainda assim, Joaquim Coimbra, accionista da SLN, afirmou esta semana que "há sempre uma esperançazinha" de receber uma compensação pela nacionalização do banco.

"Já recebemos os relatórios e es-



Teixeira dos Santos prometeu ontem decidir sobre o futuro do BPN "o mais rapidamente possível".

tão a ser analisados", disse o ministro das Finanças, no final da reunião do conselho de ministros, citado pela Lusa. Fernando Teixeira dos Santos prometeu que a solução para o BPN será dada a conhecer em "momento oportuno", afirmando que tomará uma decisão o "mais rapidamente possível".

Em causa está o futuro da instituição. Os três cenários propostos pela gestão de Francisco Bandeira prevêem a integração do BPN na CGD, a sua reprivatização imediata ou a sua recuperação para posterior venda. **MJG**

**COMO DISSE?**

Soubemos que havia irregularidades num banco em Cabo Verde. Pensávamos que era o BPN IFI, mas foi-nos dito que era o Insular.

JOAQUIM COIMBRA

Accionista da SLN, no Parlamento, em audição perante a Comissão de Inquérito.



ID: 24684138

17-04-2009

Daniel Sanches diz-se afastado de auditoria interna no BPN

Parlamento. O magistrado do Ministério Público, que foi para o grupo BPN a convite de Dias Loureiro, diz que um mês depois percebeu que não era bem acolhido em funções de auditoria. Banco de Portugal considerou que não tinha currículo

■ EVA CABRAL

Daniel Sanches confirmou ontem, no Parlamento, ter percebido um mês depois de ter entrado para o grupo SLN/BPN "que não o queriam a exercer funções de auditoria interna".

Falando na comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN, Daniel Sanches referiu que tinha ido para o grupo a convite de Dias Loureiro, que o contactou precisamente para que desempenhasse funções a nível da auditoria, e que foi informado já depois de ter tomado posse de que "o Banco de Portugal considerava que ele não tinha *curriculum* bancário

para desempenhar esse tipo de funções". Magistrado do Ministério Público, Daniel Sanches frisou que para aceitar o lugar no sector privado tinha pedido uma licença sem vencimento de longa duração, pelo que não podia regressar

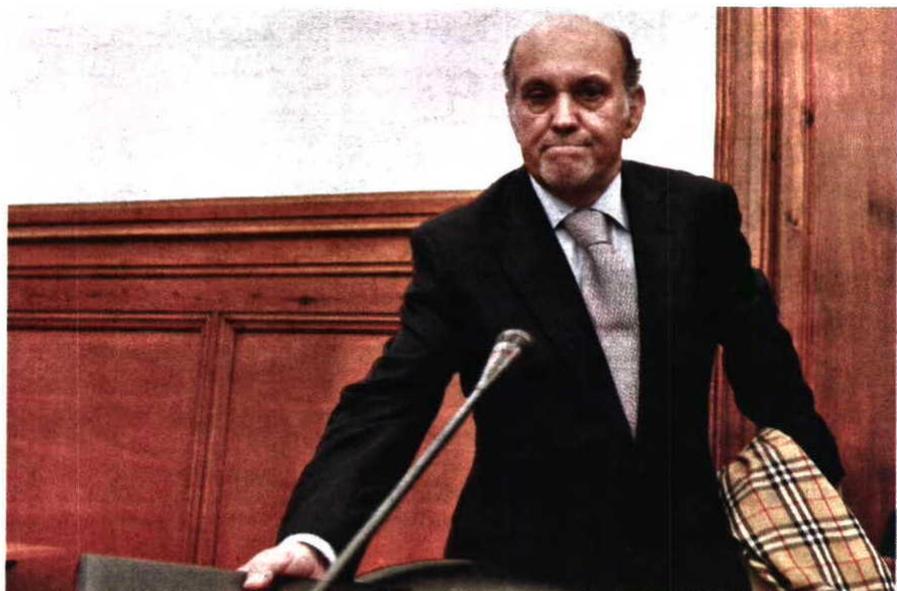
a funções públicas durante o período mínimo de um ano.

"Se tivesse podido recuar ao fim de um mês tinha deixado o grupo" garantiu Daniel Sanches, adiantando que ainda antes de ter sido recusada a sua participação a nível da auditoria para que tinha sido convidado entregou à administração, então presidida por José Oliveira Costa, um projecto de formação de funcionários do BPN para estes terem meios para ac-

tuarem contra o branqueamento de capitais, tendo mesmo proposto a elaboração de um manual.

O ex-ministro da Administração Interna confirmou aos deputados que Dias Loureiro

"o convidou para integrar uma equipa que estava a formar" e que terá posteriormente verificado que Oliveira Costa decidiu continuar a concentrar em si próprio todo o poder. Apesar de frisar que Dias Loureiro não tinha "expressa-



Daniel Sanches foi ontem ouvido na comissão de inquérito ao BPN

mente falado consigo" se percebia a existência de "um mal-estar por ele ter ido para o grupo na convicção de ir ser um número dois da estrutura, o que depois não se verificou".

Face a esta situação, Dias Loureiro acabou por ter de encontrar outra colocação para Daniel Sanches, e este ficou ligado à criação de uma empresa de segurança e na gestão de outras empresas de pequenas dimensões integrada no conjunto das participações da SLN.

Depois do interregno em que exerceu funções como MAI Daniel Sanches refere ter regressado ao universo da SLN/BPN, onde desempenhou funções em empresas ligadas ao sector agro-alimentar até finais de 2008.

Os deputados confrontaram

ainda Daniel Sanches sobre o facto de um consórcio liderado pela SLN ter sido o único que até ao fim concorreu ao SIRESP, o sistema de

comunicações que o executivo queria implementar para actuar na plataforma de contactos internos entre polícias, bombeiros,

e protecção civil. Daniel Sanches - que à hora de fecho desta edição continuava a ser ouvido - garantiu que só ao assumir o cargo de MAI tomou conhecimento de que SLN liderava o único concorrente a fornecer o sistema. Frisou, ainda, que "considerava de interesse público o desbloquear rápido da situação" lembrando repetidas vezes que a falta de "um sistema de comunicações eficiente estava a provocar graves problemas ao país". ■

Parecer ainda não foi enviado

Honório Novo, do PCP, questionou ontem a presidente da comissão de inquérito pelo facto de três semanas depois de se conhecer o parecer jurídico de Nuno Piçarra este ainda não ter sido enviado ao Banco de Portugal, BPN e auditores, ou seja, às entidades que invocam o sigilo bancário para não entregar documentação. Maria de Belém marcou para hoje uma reunião com as várias bancadas para analisar o texto final do ofício a ser enviado a essas entidades. O deputado falou no facto de o prazo de funcionamento da comissão estar a esgotar-se.



COMISSÃO DE INQUÉRITO AO BPN

Daniel Sanches nega intervenção no SIRESP

◆ O ex-administrador da Pleíade (empresa do grupo SLN) e ex-Ministro da Administração Interna, Daniel Sanches, negou ontem qualquer intervenção da sua parte na proposta apresentada a concurso pelo consórcio liderado pela SLN (Sociedade Lusa de Negócios) para a construção do SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança).

Ouvido ontem à tarde pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN, Daniel Sanches afirmou:

“Dentro da SLN nunca contactei com este projecto. Só tive contacto com o SIRESP quando fui para o Governo, em 2004, e só nessa altura soube que havia apenas uma proposta, de um consórcio liderado pela SLN”.

Interpelado pelo deputado Honório Novo (PSP) sobre o facto de ter assinado o despacho provisório de adjudicação do projecto à SLN quando o governo estava já em gestão, o ex-MAI referiu que “a urgência do acto se deveu ao

facto de, nesse ano, o país estar a ser fustigado por inúmeros incêndios florestais” e ter constatado no terreno a grande necessidade de melhorar a rede de comunicações das polícias, protecção civil e emergência médica.

Daniel Sanches confessou aos deputados que hesitou bastante antes de aceitar o convite de Dias Loureiro para trabalhar na área da auditoria e controlo na SLN, em 2000, mas que “aceitou o convite numa base de confiança”. Contu-

do, quando se apresentou na empresa, disseram-lhe que “não tinha currículo para desempenhar essas funções” e que o Banco de Portugal nunca o aceitaria.

“Enquanto estive à espera que me fossem atribuídas novas funções, propus à administração do BPN fazer um manual sobre a prevenção do branqueamento de capitais, que o banco não tinha, mas ao fim de dois meses desisti, porque vi que não queriam a minha colaboração nessa área”, frisou.

Foi-lhe então proposto ser administrador da Pleíade SGPS e, consequentemente, das empresas associadas. “Mais recentemente, soube que terei sido também membro da Assembleia-Geral do BPN, mas nunca conheci o presidente desse órgão, nem nunca fui convocado para qualquer reunião”, acrescentou o ex-ministro.

Há hora de fecho desta edição, Daniel Sanches continuava a ser ouvido na Comissão Parlamentar de Inquérito do BPN. **FÁTIMA MARIANO**